
A ÁFRICA EM SALA DE AULA: NOVAS ABORDAGENS E METODOLOGIAS

Danielle Virgínia Silva Albuquerque
e-mail: dvsalbuquerque@hotmail.com

A Escola dos Annales, uma nova corrente historiográfica, nos proporcionou novos métodos e abordagens no ensino de história. Agora temos a oportunidade de estudar os sujeitos excluídos da História Factualista, metódica, pois temos novos objetos, novas fontes, novas técnicas e novos conceitos se que se contrapõe a “escola tradicional”.

O historiador dos Annales abordou a história com um “novo olhar”, ou seja, com uma nova representação do tempo histórico. Ao se aproximar das ciências sociais, os Annales realizaram uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico, uma mudança substancial na forma de sua compreensão, mas sem perder a essência do projeto inaugural de Heródoto.

O conhecimento histórico só é possível no interior de uma concepção do tempo histórico. Essa representação do tempo dos homens teria, para o conhecimento histórico, uma função semelhante à idéia Kantiana do tempo como “intuição a priori” do sujeito.

A partir da proposta da Escola dos Annales de se estudar o “esquecido” aproximamos o pensamento antigo do pensamento da atualidade. Assim destacamos o interesse de estudar a “História Africana” e sua importância para a “História do Brasil”.

A história da África, por muito tempo foi negligenciada nos países ocidentais. Tal fato não é resultado de uma mera casualidade, e sim de uma cosmovisão¹ calcada em preconceitos. Tais preconceitos correspondem a uma visão eurocêntrica que, por dificuldade de explicar e reconhecer sua alteridade produz visões simplificadoras e

¹ OLIVEIRA, David Eduardo de. Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

reduzidas para justificar a suposta inferioridade dos negros enquanto seres humanos. Se perguntarmos o que sabemos sobre a África? A resposta comum seria, entre aqueles que se atrevem a responder, lembranças e imagens marcadas por estereótipos preconceituosos, tiradas das reproduções das notícias que a mídia nos oferece.

Considerando que nosso país é miscigenado e que o africano é uma de nossas ascendências, acreditamos que é de extrema importância obter um maior conhecimento sobre seu continente, que até pouco tempo atrás não tínhamos oportunidades de estudá-lo.

Segundo Geertz², a essência do ser humano se revela nos aspectos que são universais às culturas e deve ser consideradas pela educação. Em sua obra ele afirma “pode ser que nas particularidades culturais dos povos – em suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano” (1978, p.55)

Entretanto o que nos faz seres humanos são as nossas diferenças, e é em relação a esse olhar que damos destaque para a cultura negra na educação. Brancos e negros são iguais, o que viemos aqui discutir é a diferença colocada historicamente, que se foi construída culturalmente e socialmente, como forma de classificação humana nas relações de poder e dominação, tornando-se formas de hierarquização de indivíduos, grupos e povos.

A escola, enquanto instituição social, responsável pela organização, transmissão e socialização da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. Por isso torna-se um importante local em que devemos desconstruir essa imagem deturpada sobre o negro e a África.

Cabe ao educador a compreensão dos diferentes povos ao longo da História, fazendo um processo de classificação de si mesmo e do outro; entender o conjunto das representações sobre o negro existente na sociedade, enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelo movimento negro desmistificando a visão estereotipada imposta ao afro-descendente.

² GEERTZ, Clifford, (1978). A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar.

Em 2003, foi lançada a lei federal de número 10.639³, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, tanto público como privado a temática da História e Cultura Afro-brasileira.

Nesta lei é inserido no currículo escolar de História, de ensino fundamental e médio, a temática negro/África, tornando a sala de aula um ambiente de debates e inclusão, possibilitando que os professores ensinem os conteúdos referentes à História da África e do negro.

São de suma importância a abordagem e construção de práticas pedagógicas que combatam a discriminação racial, rompendo assim com a naturalização das diferenças étnico-raciais.

Infelizmente, muitos professores ainda não obtiveram informações sobre o regimento desta lei que proporciona uma problematização sobre essa temática, ou ainda, não tiveram a oportunidade de se qualificar, pois apenas nos cursos de graduação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi introduzida a disciplina obrigatória sobre a História da África e seus descendentes.

A partir daí temos a preocupação de mostrar como esses professores têm trabalhado em sala de aula, quais os materiais didáticos utilizados e que tipo de abordagem está sendo feita para nossos alunos em relação a esse tema.

Com esses questionamentos, e através deste artigo pretendemos discutir se há ou não deficiência no ensino do tema em nossa cidade. Portanto, o nosso propósito é focalizar nas abordagens e métodos utilizados nas escolas, principalmente públicas, a forma de nossos alunos absorverem essas informações de tanta importância que é a diversidade étnica e racial, desconstruindo uma visão que a própria história eurocêntrica construiu há séculos.

Foucault na *Ordem do Discurso* afirma que:

³ Presidência da República. Casa Civil. Sub chefia para assuntos jurídicos LEI N°10.639 DE 9 DE JANEIRO DE 2003. HTTP: //WWW.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm.

Preferiria que atrás de mim houvesse (tendo a muito tomado a palavra, dizendo antecipadamente tudo o que eu vou dizer) uma voz que falasse assim: "Devo continuar. Eu não posso continuar. Devo continuar. Devo dizer palavras enquanto as houver. Devo dizê-las até que elas me encontrem. Até elas me dizerem — estranha dor, estranha falta. Devo continuar. Talvez isso já tenha acontecido. Talvez já me tenham dito. Talvez já me tenham levado até ao limiar da minha história, até a porta que se abre para a minha história. Espantar-me-ia que ela se abrisse." (FOUCAULT, 1971. P:01)

Foucault apresenta nesta citação a idéia da necessidade de falar; não dever se calar diante das diferenças. O ato de continuar expondo idéias mostra a necessidade de continuar criticando enquanto houver temas a serem abordados. Logo, se enquadra perfeitamente na necessidade de se criticar o preconceito e estereótipos referentes à discriminação racial.

Discutir a cultura negra requer um compromisso do professor em transmitir conhecimento através da construção de projetos e atividades que explorem o multicultural. Com isso podemos afirmar que trabalhar, discutir e problematizar esta temática são também assumir uma postura política, pois de forma alguma poderemos acreditar que no nosso cotidiano as relações entre brancos e negros são harmoniosas, democráticas e bem refletidas nas questões socioeconômicas. Assim, a condição racial é entendida como um conjunto de questões sociais, culturais e políticos de nosso país.

Ao observamos como a cultura Afro descendente está sendo abordado, quais metodologias e como está sendo a aceitação dos alunos a fim de analisar o seu cotidiano escolar.

Para Santos a discriminação racial:

Reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos. Nesse contexto a escola não se encontra isenta dessas reproduções. Muito embora ela não seja meramente reprodutora de tais relações, acabada por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade. (SANTOS, 2005. P: 14)

A partir dessa citação percebemos que há preconceito dentro do ambiente escolar. Logo, se faz necessário discutir e desconstruir a produção desses preconceitos nas escolas.

Refletir sobre a cultura negra é considerar as lógicas simbólicas construídas ao longo da História por um grupo sócio-cultural específico: os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Se partimos do pressuposto de que hoje nosso país é uma nação miscigenada, afirmaríamos que a maioria da população se encaixaria nesse perfil. Mas o que nos interessamos aqui é destacar que a produção cultural oriunda dos africanos escravizados no Brasil é ainda presente nos seus descendentes e tem uma efetividade na construção “identitária” dos sujeitos socialmente conceituados como negros. Queremos aqui compreender que a “africanidade” recriada aqui no Brasil é imposta e utilizada por todos nós, negros e não negros, assim, tudo isso não passa de uma construção social, política, cultural e ideológica, resultando muitas vezes numa sociedade que tende a discriminar e tratar desigualmente as diferenças.

Entretanto, compreendemos que trabalhar com cultura negra, na educação de um modo em geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural de um povo, ou melhor, é atentar para o uso auto reflexivo dessa cultura pelos sujeitos que fazem parte dessa História.

Deste modo, este artigo tem o objetivo de fazer uma análise sobre como esta sendo cogitada esta temática nas escolas públicas de Campina Grande, no ensino fundamental e médio.

Infelizmente em nossa cidade, a secretaria de educação, ainda não implantou a obrigatoriedade da Lei 10.639, pois a formulação das Diretrizes Municipais Curriculares para o ensino de História e Cultura Afro brasileira ainda não estão sendo elaboradas pela maioria dos municípios brasileiros. Outro problema encontrado foi acerca da preparação dos docentes que irão ministrar essas aulas.

No entanto, as ações de implementação da lei 10.639/003 não podem ser de responsabilidades unicamente dos professores. Portanto, cabem as instituições formadoras e gestoras da educação pública na Paraíba o cumprimento do seu papel, ou seja, aplicar as políticas públicas de ações afirmativas e assim fazer cumprir o que a lei

obriga e não apenas delegar aos professores a responsabilidade de cumpri-la, sem proporcionar-lhes formação e material didático adequado.

Temos também uma descontribuição do material didático disponível em que ainda nos trás uma imagem deturpada em relação ao negro e ao seu continente. A abordagem feita sobre a África e suas especificidades, nos livros didáticos é representada pelos estereótipos em relação a sua cultura, religião, e seus descendentes. Entretanto, alguns autores já começaram a inovar, mostrando em seu conteúdo outra visão sobre os negros. Podemos exemplificar com a inclusão de temas como as formas de resistência, os quilombos, a cultura, Etc.

Em relação às metodologias utilizadas no ambiente escolar, identificamos que alguns professores abordam a temática África/negro apenas nos dias 13 de maio e 20 de novembro, com a organização de eventos pedagógicos e cultural que problematize a África dentro da história do Brasil. Entretanto, essa temática é resumida apenas ao econômico, em que a escravidão é mera precursora do conhecimento alcançado em sala de aula, deixando outros pontos essenciais a parte dessas atividades. De acordo com a citação abaixo temos:

(...) alguns professores (as), no cotidiano da sala de aula, ainda tratam essa cultura como se fosse estranha a eles (as) e aos estudantes. Em princípio não se identifica e não se vê na realidade dos meninos (as) negros (as) com quem lidam cotidianamente, os elementos dessa cultura, uma vez que esta é tratada como algo morto, distante e indiferente aos estudantes, portanto a escola. (CHAGAS, 2008. P:159)

Por isso é de tamanha importância que a cultura afro-brasileira seja recuperada e abordada de forma adequada no ambiente escolar. Pois nós professores, não somos apenas transmissores de conhecimento, mas também somos formadores de consciências. Portanto devemos começar o combate contra o racismo e o preconceito, primeiramente pela base, que é justamente na infância e adolescência, ou seja, no cotidiano

educacional, em que nós professores temos o dever em contribuir não só na educação, mas também na conscientização do alunado através de ações pedagógicas.

Algumas formas de abordar a cultura afro-brasileira se dá em relação à condição do negro na sociedade, desmistificando assim a idéia de democracia racial, e ressaltando a luta do negro pela inserção social, buscando uma afirmação de sua cidadania.

Focalizar nas aulas de história, que fazem parte do cotidiano escolar, a inserção da cultura afro-brasileira, identificando no nosso dia-a-dia elementos desta cultura. Incluindo aspectos religiosos afro-descendente, desconstruindo assim, a visão estereotipada adquirida ao longo do tempo em relação aos terreiros de umbanda e candomblé espalhados pelo Brasil.

No entanto, ainda há abordagens que destacam o continente africano apenas pelo seu aspecto físico e geográfico, enfocando suas florestas, desertos, rios e animais qualificando-os como exóticos. Além disso, apontam o africano como povos que ainda vivem em tribos, o que está totalmente equivocado. Desta forma reproduz-se uma imagem de que a África é um continente sem história e incivilizado.

Diante desse imaginário, está o profissional em educação, que se depara com essas informações cotidianamente. Logo, nasce a necessidade em se qualificar, com o intuito de desconstruir essas imagens referentes à África e a seus descendentes.

Em meio a essa discussão, apontamos a importância da diversidade em sala de aula de em se trabalhar com o diferente, desfazendo assim, a neutralização do lugar de inferioridade do negro na sociedade, percebendo que as características físicas não é sinônimas de qualidades como: bom ou ruins, ou seja, que não devemos rotular pela aparência física.

Isso se dá devido à construção do imaginário ocidental que passou a igualar os africanos de acordo com a pigmentação da cor da pele, que contrastava com o padrão europeu. Assim podemos afirmar que “negro” foi uma construção “branca”, como a África também foi uma construção européia, ou seja, o europeu construiu uma unidade para a superação das diversas etnias que existiram e existem nos dias atuais.

Se a idéia de “negro” foi construída por supressão ou minimização das diferenças tribais, é preciso salientar que os negros africanos tampouco se viam como “africanos”. A “África” foi também uma construção da “Europa”. (...) Quem pela primeira vez avaliou estes povos a partir de uma identidade étnica e continental foi o próprio homem “branco” europeu, já que esta questão não se colocava então para os “negros africanos” da época. (BARROS, 2009. P: 40).

Entre os séculos XVI e XIX, a Europa era a representação do mundo, e a partir disso foi que a África adquiriu qualidades negativas como periférica e incivilizada, devido ser uma terra de diferenças, tendo seus habitantes atributos de selvagens.

A noção de África selvagem e a idéia de uma humanidade negra atrasada começam a partir desse período, a fazer parte do imaginário que deveria dar suporte a empresa do tráfico negreiro e a cruel nova força de trabalho, submetida às humilhantes condições e tudo isso com as devidas bênçãos papais.

Foi apenas no século XX, que a historiografia e antropologia da África foram pouco á pouco sendo reconhecidas e tratadas de forma amplamente crítica, abrindo possibilidades para que os preconceitos pudessem ser questionados.

Portanto, ao iniciarmos uma problematização em relação aos conteúdos referentes à história do negro no Brasil, a maioria dos professores costuma trabalhar com o discurso afirmativo em que os negros vieram da África para contribuir com a construção do Brasil. Essa afirmação se legitima ao longo da vida escolar, com o objetivo de que os alunos aprendam que o Brasil possui uma forte ligação com o continente africano, no entanto, sabe-se muito pouco sobre a África.

Diante dessa realidade faz-se necessário uma ampla reciclagem dos professores em relação a esse tema, para que o mesmo possa inserir em suas aulas a história da África antes do período colonial, enfatizando suas características culturais, políticas e sociais, suas técnicas e conhecimentos na agricultura dos africanos, desconstruindo a imagem estereotipada que se encontra em torno do negro.

Considerações finais:

Contudo, o ingresso a história da África proporcionou aos professores a capacidade de desnaturalizar a imagem da África como terra de escravo, e os africanos, como inferiores. Além disso, possibilita elementos para a superação e compreensão de que os africanos vieram para o Brasil, não por opção, mas sim a força. Pois era de extremo interesse europeu, principalmente dos portugueses utilizarem a mão de obra africana e sem falar dos conhecimentos e técnicas agrícolas em que os escravos possuíam, ou seja, os portugueses só lucravam com a exploração desses seres humanos.

Todavia, a abordagem da História da África e da cultura afro-descendente em sala de aula não pode ser considerada como apenas mais uma obrigação imposta pelo estado, mas sim como uma mera decisão política e pedagógica do professor. Com esta ação, estaremos contribuindo na desconstrução de estereótipos negativos com relação aos negros e ao continente africano, e, além disso, estaremos possibilitando aos estudantes negros e não – negros os elementos imprescindíveis a construção de uma nova imagem de si e do outro.

Por isso, não basta introduzir essa temática em sala de aula, mas será de extrema importância utilizar uma abordagem que problematize, discuta e apresente formas que minimize o preconceito racial existente em nosso cotidiano, desfazendo a imagem de superioridade do branco e inferioridade do negro.

No entanto, a abordagem dessa temática nos currículos do Ensino Fundamental e Médio, não significa dizer que será substituída a história dos europeus pela dos africanos, mas sim confirmar que na sala de aula, independente do conteúdo apresentado, a diversidade cultural é um admirável tema que deve ser explicitado não só nas aulas de história, como uma característica brasileira, mas sim por professores das diversas áreas, valorizando e aceitando suas características e as do outro.

Portanto, ao trabalhar a história do Brasil é está atento para sua grande diversidade étnica, e perceber, e fazer compreender os africanos como agentes da história, desmistificando a idéia de passividade histórica dos negros e de que o

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

continente africano não tem história, não tem cultura. Logo, rescindir com a hierarquização dos conteúdos aplicados há séculos nos ambientes escolar.

Referências Bibliográficas:

- CHAGAS, Waldeci Ferreira. *Cultura Afro Brasileira na Escola: A obrigatoriedade da lei e o compromisso político*. In: SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. *História Ensinada: linguagens e abordagens para a sala de aula*. João Pessoa: Idéia, 2008.
- FAZZI, Rita de Cássia. *O Drama racial da criança brasileira: Sociabilização entre pares e preconceitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na Sala de Aula: Visita a História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- FOUCAULT Michel. *A Ordem do Discurso*. Trad. Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento. (*L'Ordre du discours*, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.) pág. 01.
- MATTOS, Regiane Augusto de. *História e Cultura afro-brasileira*. São Paulo, Contexto, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- OLIVEIRA, Iolanda de (org). *Relações Raciais na Educação: Novos desafios*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OLIVEIRA, David Eduardo de. *Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba: Gráfica Popular, 2006.

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

-
- Presidência da República. Casa Civil. Sub chefia para assuntos jurídicos LEI Nº10.639 DE 9 DE JANEIRO DE 2003. HTTP: //WWW.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm.
 - SANTOS, Ângela Maria dos. Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre aluno negros e não negros em duas escolas públicas do Município de Caceres MT. Dissertação de Mestrado Cuiabá, 2005.
 - TRINDADE, Azoilda Loretto da; Rafael dos Santos; multiculturalismo, mil e uma faces da Escola. 2ª edição. Coleção: O sentido da Escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Pág. 142